



**PACTO PELA
DEMOCRACIA**



www.pactopelademocracia.org.br
contato@pactopelademocracia.org.br

São Paulo, 13 de abril de 2026

**À Excelentíssima Senhora
Ministra Cármen Lúcia
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral**

As organizações que compõem a rede do Pacto pela Democracia unem-se em defesa da integridade das eleições de 2026 e reafirmam seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a promoção de um processo eleitoral transparente, íntegro, participativo e pacífico. Manifestam, por meio desta, seu reconhecimento e apoio ao Tribunal Superior Eleitoral, responsável por realizar a maior manifestação democrática do país e conduzir um dos maiores processos eleitorais do mundo. A integridade desse processo é resultado da credibilidade da Corte presidida pela Ministra, mas também da relação histórica de confiança e apoio mútuo construída entre a sociedade civil e a Justiça Eleitoral.

A rede do Pacto pela Democracia atua com o propósito de defender e fortalecer o processo eleitoral, especialmente diante de ameaças persistentes que têm mirado sua integridade, como a desinformação, a violência política de raça e gênero, a erosão da confiança pública no nosso sistema eletrônico de votação e as tentativas de deslegitimação institucional. Da mesma forma, as organizações atuam como observadoras e denunciadoras de práticas pouco democráticas no âmbito de partidos e candidaturas, especialmente por meio do uso indevido de recursos públicos e do descumprimento das regras eleitorais. Apresentamo-nos, mais uma vez, como parceiros desta Presidência, bem como do mandato que se seguirá, na construção de estratégias coordenadas, contribuindo com iniciativas que visam ampliar a transparência, o combate à corrupção e a participação de cada etapa do processo eleitoral.

Nesse sentido, reconhecemos, dentre outras ações, a importância da recente abertura da Consulta Pública sobre as novas regras das Eleições de 2026 por meio da Portaria nº 575 de 15 de dezembro de 2025. A iniciativa reforça o compromisso desta Corte com a transparência, escuta qualificada da sociedade e constante atualização normativa necessária à defesa do interesse público e da própria vitalidade democrática do país, da qual participamos ativamente enquanto Rede. Neste sentido, também reiteramos a importância do Brasil receber Missões de Observação Eleitoral, inclusive as internacionais, que têm cumprido um papel relevante em garantir a transparência do processo eleitoral brasileiro, bem como o de atestar sua lisura e confiabilidade.

Dentre os desafios prementes desta eleição — um pleito determinante para o revigoramento da democracia brasileira após a recente tentativa de ruptura da ordem democrática — destacamos a permanência da desconfiança em relação à higidez do processo eleitoral e do sistema eletrônico de votação. Este é um sintoma de um quadro mais amplo de erosão da confiança nas instituições democráticas e na própria democracia brasileira.

Seu enfrentamento não é de responsabilidade exclusiva da Corte Eleitoral, mas um desafio e uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira.

É nesse sentido que temos reunido e articulado a sociedade civil organizada, em toda sua diversidade, em torno de um objetivo comum: contribuir para que o processo eleitoral deste ano transcorra de forma transparente, inclusiva, pacífica e participativa, alcançando, assim, altos índices de legitimidade e confiabilidade pública. Buscamos fortalecer o engajamento cívico, ampliar o acesso à informação de qualidade, enfrentar a desinformação e a violência política — especialmente aquelas que atingem de forma desproporcional mulheres, pessoas negras e outros grupos historicamente sub-representados — e promover condições para que a população compareça às urnas com confiança.

O ato de votar constitui a expressão mais direta da soberania popular e um dos pilares da vida democrática de um país. Reafirmar e proteger a integridade eleitoral transcende, portanto, a responsabilidade institucional e torna-se um compromisso coletivo com o presente e o futuro da democracia brasileira. O Pacto pela Democracia renova, assim, sua missão e disposição em aliar esforços junto ao Tribunal para que o processo eleitoral de 2026 se afirme como um marco de confiança, integridade e legitimidade para a construção e renovação democrática no Brasil.

Assinam esta carta:

Agência Ambiental Pick-upau

Aláfia Lab

Aliança Brazil Office

Associação Elas no Poder

Associação Fiquem Sabendo

Cenpec

Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis

Clima de Política

Conectas Direitos Humanos

Delibera Brasil

Escola da Democracia

Fórum do Amanhã

Fundação Fernando Henrique Cardoso

GELEDÊS - Instituto da Mulher Negra

Girl Up Brasil

INESC - Instituto de estudos socioeconômicos

Instituto de Defesa de Consumidores - Idec

Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD

Instituto de Estudos da Religião ISER

Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Instituto Democracia em Xeque

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Instituto Foz

Instituto Hori

Instituto Pro Bono

Instituto Sou da Paz

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)

Instituto Update

InternetLab

JUSTA

Kurytiba Metropole

Labora

Lamparina

Movimento Mulheres Negras Decidem

Movimento Negro Evangélico do Brasil

Movimento Pessoas à Frente

NOSSAS

Observatório do Marajó

Observatório Internacional da Juventude

OXFAM Brasil

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

ponteAponte

Projeto Saúde e Alegria

Rede A Ponte

Rede Brasileira de Conselhos

Rede Conhecimento Social

Rede Justiça Criminal

Redes Cordiais

RENOSP - LGBTQI+

RenovaBR

Teia de Criadores

Transparência Brasil

Transparência Eleitoral Brasil

